

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dissertação de mestrado em lingüística

Marco Antonio Filgueiras Santos Filho

**Velhas soluções para novos problemas:
o gradua(n)do em Letras e a diacronia – a flexão
de número dos nomes**

Juiz de Fora

Setembro de 2007

MARCO ANTONIO FILGUEIRAS SANTOS FILHO

VELHAS SOLUÇÕES PARA NOVOS PROBLEMAS:

o gradua(n)do em Letras e a diacronia – a flexão de número dos nomes

Dissertação de mestrado em
lingüística para obtenção do
título de mestre em Lingüística
pela Universidade Federal de
Juiz de Fora.

Orientado pelo Professor Dr.
Mário Roberto Lobuglio Zágari

Juiz de Fora

Setembro de 2007

Dedico esta dissertação a todos aqueles que me ensinaram a pensar.

Dedico esta dissertação a meus pais, Marco e Valdevez, incansáveis na tarefa de oferecer a oportunidade de estudar e de continuar estudando; incansáveis na busca de sempre me mostrar os caminhos, todos, para que eu os soubesse escolher.

Dedico esta dissertação à minha esposa Fernanda que é, junto com meus pais, minha vida.

Dedico, enfim, esta dissertação ao grande mestre Professor Mário Roberto Zágari por tudo o que fez, não por mim, mas pela Lingüística.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a todos aqueles com quem sempre discuti, concordando e, principalmente, discordando.

A meus pais, por serem meus pais, por nunca terem me faltado.

À minha esposa, por toda a paciência e incentivo, pela cumplicidade, pelo amor e carinho com que me trata e pelas leituras que me fez atenciosamente.

Agradeço aos meus amigos, em geral, pois sempre contribuíram para o meu crescimento.

Agradeço, particularmente, aos grandes amigos Diogo, Dudu e Preá, pela camaradagem e amizade que nunca faltaram.

Agradeço, mais uma vez, ao amigo Diogo, que – sem saber – tornou-se um grande espelho, exemplo de inteligência e competência cotidiana e acadêmica.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, pela oportunidade de formação acadêmica.

Agradeço aos amigos da turma do mestrado, por compartilharem todos os momentos difíceis dessa caminhada.

Agradeço aos Professores do Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Agradeço particularmente, à professora Cândida Leite, por ter sido uma grande mestra, amiga e de candura inigualável.

Agradeço, também à Professora Neiva, pelos ensinamentos, pela atenção e pela amizade verdadeira que sempre me demonstrou.

Agradeço à Professora Nilza Dias, por ter sido durante meus primeiros passos minha guia pelos caminhos das pesquisas acadêmicas, a ela devo grande parte disso aqui.

Agradeço ao Colégio e Curso CAES, por toda a experiência que me proporcionou em minha vida profissional, o que também me ajudou muito neste trabalho.

Agradeço ao Colégio Nossa Senhora do Rosário, por minha formação cidadã.

Agradeço à Professora Marília, por ter me inspirado para o mundo das Letras.

Agradeço, finalmente, ao Professor Mário Roberto Zágari, por ter me trazido a paixão pelos mistérios da Língua Portuguesa e por ser essa figura fantástica e lendária em nosso meio acadêmico, de quem sentiremos saudades e de quem sempre teremos respostas.

Um lugar comum: Língua (Caetano Veloso)

“Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódias
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior
E deixa os portugueses morrerem à míngua
"Minha pátria é minha língua"
(...)
Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?
Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas
(...)
Ouçamos com atenção os deles e os delas da TV Globo (...)
Adoro nomes, Nomes em ã
De coisas como Rã e Imã
Nomes de nomes
Como Scarlet Moon Chevalier
Glauco Matoso e Arrigo Barnabé e maria da
Fé e Arrigo barnabé
(...)
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria: tenho mátria
E quero frátria”

RESUMO

Nesse texto, mostraremos a importância da Linguística Histórica para a formação do professor de língua portuguesa. Veremos que os fenômenos linguísticos são muitas vezes explicáveis à luz das ferramentas oferecidas por esse segmento da Linguística.

Traçaremos um breve resumo do percurso da Filologia Românica até o início do século XX.

Explicaremos como ocorre a flexão de número dos nomes em Português, confrontando o que é explicado nos livros didáticos, nas Gramáticas Tradicionais e na literatura linguística com o que tem a oferecer de contribuição a Linguística Diacrônica.

Utilizaremos exemplos, além da flexão de número, em que a diacronia oferece explicações plenas e satisfatórias.

A motivação para esta dissertação parte da observação da pouca importância que tem sido dada aos estudos de diacronia da Língua Portuguesa nos cursos de graduação em Letras.

Defendemos que o conhecimento dessas ferramentas pode ajudar muito no ensino da Gramática Tradicional, de maneira a torná-la realmente reflexiva, como tanto queremos os lingüistas.

A Gramática Tradicional não deve deixar de ser estudada, mas seu ensino deve ser reinventado. Deixar de estudá-la, hoje, no contexto em que nos inserimos, seria um grande crime para com os nossos alunos, pois muitos concursos que garantem um emprego público, portanto estável, cobram em seus exames de seleção questões relacionadas ao conhecimento normativo dessa Gramática.

Os vestibulares de fato não o fazem, mas os objetivos de nossos alunos não se limitam apenas a tais exames, pois muitos não podem esperar quatro anos (no mínimo) para buscar um emprego e enxergam nos concursos para empregos públicos sua única chance de crescimento e desenvolvimento profissional e financeiro, e – por consequência – social.

Defendemos a valorização da Lingüística Histórica por esta ter sido deixada à margem, não por achá-la mais importante que as outras “Lingüísticas”, pois acreditamos que a reinvenção do ensino da Gramática Tradicional depende de um trabalho conjunto de todas as áreas dos estudos em lingüística. Até por que, se há um fenômeno na humanidade que é um *continuum*, este fenômeno, naturalmente, é a língua.

Palavras-chave: Lingüística Histórica, flexão de número, Gramáticas Tradicionais, Língua Portuguesa, ensino.

ABSTRACT

In this text, we will show the importance of the Historical Linguistics for Portuguese teachers' formation. We will see that the linguistics phenomena are explained according to the tools offered by the Linguistics segment.

We will trace a summary of the Romance Philology to the beginning of the 20th century.

We will explain how plural of nouns are explained in Portuguese, confronting to what is explained in textbooks, in Traditional Grammars and in the linguistics literature to what it can be offered to the Diachronic Linguistics.

We will use examples, besides the plurals, in which the diachronic offers full and satisfactory explanations.

The motivation for this dissertation is related to the very little importance that has been given to the Portuguese language studies of diachronic in Liberal Arts graduation.

We support that the knowledge of those tools can help the teaching of the Traditional Grammar, turning it into more reflexive. That is the way the linguists want.

The Traditional Grammar studies should not be put aside, but its teaching should be reinvented. To abstain from studying it today, in the context that we introduced, it would be terrible to our students, because many public exams that guarantee a job, a stable one, require subjects related to the normative knowledge of that Grammar.

In fact the national exams don't do that, but our students' objectives are not just limited to such exams, because many of them cannot wait for four years (at least) to look for a job. Many students consider the public exams the only way to have a professional growth and a financial development, and - consequently - social.

We support the valorization of the Historical Linguistics because it was put aside, not for finding it more important than the other "Linguistics", but for believing that the rediscovery of the Traditional Grammar teaching depends on a united work of all areas in the linguistics studies.

Keywords: Historical Linguistics, plural of nouns, Traditional Grammars, Portuguese language, teaching.

Sumário:

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 2 BREVE HISTÓRICO DA LINGÜÍSTICA ROMÂNICA ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.	18
CAPÍTULO 3 A LINGÜÍSTICA E A DIACRONIA: A IMPORTÂNCIA DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA	21
3.1. ALGUNS EXEMPLOS DA APLICAÇÃO DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA ...	28
CAPÍTULO 4 A FLEXÃO DE NÚMERO DOS NOMES EM PORTUGUÊS	34
4.1. O SISTEMA CASUAL E O CASO LEXICOGÊNICO: BREVES APONTAMENTOS	35
4.2. A FLEXÃO DE NÚMERO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS	38
4.3. A FLEXÃO DE NÚMERO NOS LIVROS DIDÁTICOS	41
4.4. A FLEXÃO DE NÚMERO NOS LIVROS DE LINGÜÍSTICA APLICADA AO PORTUGUÊS: MORFOLOGIA	47
4.4.1. LINGÜÍSTICA APLICADA AO PORTUGUÊS: MORFOLOGIA	47
4.4.2. MANUAL DE MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS	49
CAPÍTULO 5 A FORMAÇÃO DO PLURAL NA LÍNGUA PORTUGUESA	52
5.1. A FLEXÃO DE NÚMERO, SEGUNDO A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA	52
5.1.1. GRUPO 1: PALAVRAS TERMINADAS EM VOGAL OU DITONGOS	53
5.1.2. PALAVRAS TERMINADAS EM DITONGO GRÁFICO -ÃO	54
5.2. GRUPO 2: PALAVRAS TERMINADAS EM CONSOANTE	58
5.2.1. PALAVRAS TERMINADAS EM -M	58
5.2.2. PALAVRAS TERMINADAS EM -R	59

5.2.3. PALAVRAS TERMINADAS EM -L	60
5.2.4. PALAVRAS TERMINADAS EM -Z	63
5.2.5. PALAVRAS TERMINADAS EM -S	64
5.3. CONCLUINDO O CAPÍTULO	65
CAPÍTULO 6 POR UMA EFETIVA GRAMÁTICA TRADICIONAL	67
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

No presente estudo, pretendemos abordar uma das grandes questões que tem preocupado muitos professores de Português: "Que gramática estudar na escola?". E a resposta não nos chegou claramente.

Agora, com pouca, mas considerável experiência em sala de aula, a pergunta ainda ecoa em nossas reflexões de professores-educadores, comprometidos com uma prática pedagógica que transcenda a mera reprodução de conteúdos, quaisquer que sejam.

A ausência de respostas a essa pergunta muito nos tem angustiado, mas, ao mesmo tempo, tem-nos impulsionado à busca de uma direção, no mínimo, mais precisa, tendo em vista o quão contraditória é a realidade escolar, porque contraditório é o movimento entre a tradição e o novo.

Torna-se desagradável ao professor observar que seus alunos não conseguem compreender a razão pela qual se ensinam os conteúdos gramaticais. Então, como

trabalhar a gramática de modo a que o aluno saiba "para que" e "em que" situação ele a utilizará?

Saber gramática é bem mais que ordenar e escolher corretamente as letras, formando vocábulos, orações, períodos, parágrafos. Sabê-lo passa pela compreensão do uso da linguagem, pela adequação à situação comunicativa; passa pela compreensão do mundo em que vivemos, traduzível em linguagem na língua. Sabê-lo é questão de cidadania; ensinar essa gramática com estes fins, também. E isso, pelo que podemos perceber, não é tratado pelas gramáticas escolares. Na verdade, estas são totalmente alheias à realidade do aluno e ao mundo em que ele vive, o que nos traz mais uma questão desafiadora: que gramática se tem trazido para dentro da sala de aula e que gramática se deve oferecer ao aluno?

Torna-se necessário, então, o desenvolvimento de uma gramática escolar que dê conta dos usos correntes atuais, mas sem deixar de lado, é claro, o convívio das variantes lingüísticas, dentre as quais o uso padrão da língua. Essa gramática deve ser centrada no que sempre se esperou das aulas de Português: que os alunos sejam capazes de produzir bons textos, tanto falados quanto escritos. Para isso, é indispensável que eles saibam adequar a linguagem à situação de uso.

Tratando essas questões na escola, os alunos enxergarão a legitimidade do uso que eles fazem da língua e serão capazes de confrontá-lo com o padrão tão exigido das pessoas escolarizadas e, assim, saberão exatamente quando utilizar um e outro, não “abrindo mão” do seu dialeto. O que muitas escolas têm feito até hoje é tirar essa identidade dos alunos, fazendo com que eles pensem que o seu falar e escrever são totalmente “errados”, quando, na verdade, são legítimos.

Temos como objetivo a proposição de que uma gramática que possa ser utilizada nas escolas, considere o fato de que o falante de uma língua é competente para produzir

enunciados de sua própria língua, ainda que não tenha domínio da Gramática padrão. Devemos levar em conta também que o estudo de língua materna representa, acima de tudo, a explicitação reflexiva do uso de uma língua particular historicamente inserida, via pela qual se chega à explicitação do próprio funcionamento da linguagem. Consideramos ainda o fato de que a disciplina escolar gramatical não pode reduzir-se a uma atividade de encaixamento em moldes que dispensem as ocorrências naturais e ignorem zonas de imprecisão ou de oscilação, inerentes à natureza viva da língua.

Dessa forma, tal gramática terá que dar conta da **língua**, da **norma** e do **padrão**,¹ levando sempre em consideração que a linguagem só existe na interação lingüística, no uso e, sendo assim, será necessária uma maior atenção aos usos e aos usuários da língua, o que prova que esta não é um sistema uno, mas que abriga um conjunto de variantes. Outra certeza é a de que, para fazer uma gramática que realmente englobe desde a variante padrão até as variantes socioeconômicas, será indispensável que se parta da **linguagem** para o **padrão**, e não se faça o contrário, como tem sido até o momento.

Toda essa proposta embasa-se na formação do professor, à qual não podem faltar os conhecimentos da Lingüística Histórica. Esta sempre se ancorou na linguagem para chegar ao padrão e, portanto, está em conformidade com nossa proposta de estudo. Além disso, entendemos que uma gramática verdadeiramente reflexiva não pode ater-se à análise sincrônica, deve buscar alicerces firmes na Lingüística Diacrônica.

Exatamente por tratar-se de partir da linguagem para o padrão, pensamos ser a Lingüística Histórica o caminho mais esclarecedor para explicar fatos e fenômenos lingüísticos que tanto nos instigam a necessidade de saber-lhes a causa. Afinal, qualquer ramo da lingüística hoje sustenta a historicidade do fenômeno.

¹ Estamos seguindo a noção de língua, norma e padrão, segundo Jean Dubois.

Assim sendo, nosso trabalho começará por falar brevemente sobre a História da Lingüística Histórica.

No terceiro capítulo, mostraremos a importância do conhecimento dessa Lingüística por parte dos docentes de Língua Portuguesa, importância essa muitas vezes ignorada por alguns estudiosos de nossa área. Reafirmaremos, ainda, a inexorável necessidade do estudo normativo de nossa gramática. Daremos ainda exemplos práticos de sua aplicação nos conteúdos que fazem parte das grades curriculares das escolas brasileiras, onde nossos professores lecionaram, lecionam e lecionarão.

No quarto capítulo, discorreremos sobre a diacronia de alguns vocábulos de nossa língua, bem como acerca dos olhares dados à flexão de número em livros didáticos, gramáticas e na literatura lingüística especializada.

No capítulo quinto, depois de expor como os livros que tratam sobre nosso assunto explicam o fenômeno da flexão de número, veremos a explicação diacrônica para quase todas as ocorrências dessa flexão na norma padrão de nossa língua.

No capítulo sexto, defenderemos o ensino da gramática tradicional de maneira reflexiva, entretanto com bases diacrônicas, a fim de solidificar a consistência das informações passadas pelos professores de língua portuguesa aos seus alunos. A melhor maneira de refletir a gramática sincronicamente é mostrar aos nossos alunos que a variação lingüística nos é uma herança histórica.

Para efeito de conclusão, reafirmaremos a importância de uma boa formação diacrônica por parte dos professores de Língua Portuguesa de quaisquer níveis, mostrando que – muitas vezes – buscamos soluções inovadoras e modernas, mas que há velhas soluções para grande parte desses nossos novos problemas.

CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRICO DA LINGÜÍSTICA ROMÂNICA ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.

Neste capítulo faremos um brevíssimo histórico da Lingüística Românica, para que possamos conhecer um pouco de suas origens e de seus precursores. Como referência bibliográfica utilizamos Ilari (2001), no qual iremos nos basear firmemente durante o capítulo.

A Lingüística Histórica passou a existir enquanto disciplina na segunda metade do século XIX, graças aos trabalhos de Friedrich Diez. Recebeu o nome de Filologia Românica.

Os trabalhos de Diez mostraram que era possível tratar cientificamente de muitos temas estudados durante séculos, sempre numa abordagem assistemática.

A disciplina levou esse nome devido ao contexto histórico em que surgiu. Segundo Ilari (2001: 17-18):

Desde o período do Humanismo, muitos estudiosos vinham-se dedicando ao trabalho de estudar textos da Antigüidade clássica, uma tarefa que exigia, além de conhecimentos técnicos (por exemplo de edótica e diplomática) indispensáveis para restabelecer o texto em sua forma original, a capacidade de manipular informações extremamente variadas sobre a época a que se referiam os documentos e um domínio muito grande das línguas antigas. A esse interesse no desvendamento das literaturas antigas chamou-se *Filologia Clássica* respeitando de algum modo a etimologia de *filologia*, “amor pela expressão”; mas, dada a importância dos conhecimentos lingüísticos que se exigiam para que o estudo literário se tornasse viável, a expressão *Filologia Clássica* designou desde sempre o estudo erudito daquelas línguas.

No início do século XIX, o estudo erudito das línguas ganhara um viés comparatista, quando Franz Bopp afirmou que as semelhanças entre as línguas clássicas advinham de uma mesma gênese, o indo-europeu.

A seguir, os estudos de Bopp foram retomados por Jacob Grimm que trouxe ao cenário lingüístico a preocupação de reconstituir, comparativamente, o indo-europeu. Trouxe também uma perspectiva de análise das línguas antigas num caráter genético.

Diez defendeu algumas teses que são hoje postulados da Lingüística Românica. Ele mostrou que havia de fato entre o latim e as principais línguas românicas uma relação genética semelhante à do indo-europeu com o latim, o grego e o sânscrito (Ilari, 2001).

Uma das teses mais relevantes defendidas por Diez versa sobre a origem das línguas românicas. Segundo ele, elas não vêm do latim clássico, mas do assim chamado “latim vulgar”.

De acordo com Ilari (2001:18-19), “a geração de Diez esteve sob influência direta da filosofia espiritualista dos românticos, impregnada de historicismo”.

Ainda segundo Ilari (2001: 19), “a próxima escola lingüística com influência marcante para a romanística esteve ao contrário sob uma forte influência das ciências naturais e do darwinismo. Essa escola se constituiu na Universidade de Leipzig”.

Durante as últimas três décadas do século XIX, os neogramáticos (como foram chamados) tiveram como seus expoentes Brugmann, Leskien e Osthoff.

Vejamos o que diz Ilari sobre os *Junggrammatiker*²:

Os neogramáticos ganharam espaço no universo acadêmico da época propugnando um programa que afrontava ostensivamente as orientações comparativistas vigentes. Fizeram troça do propósito que havia animado seus predecessores no domínio da Lingüística Indo-Européia – encontrar pela comparação a *protolíngua*, que estaria na origem das línguas modernas; recomendaram ao contrário que a atenção dos pesquisadores se voltasse para as línguas vivas, onde os processos de evolução lingüística poderiam ser vistos em ação, e onde poderia ser captado o papel das forças psicológicas que estão na base do funcionamento e da evolução das línguas. Na prática, o trabalho dos neogramáticos se caracterizou por uma exigência de extremo rigor, que se traduziu na crença de que as “leis” da evolução fonética agem de maneira absolutamente regular, admitindo algumas exceções apenas quando sua ação é contrariada pela ação da força psicológica da analogia. (2001:19)

Os neogramáticos tiveram de fato grande relevância no contexto lingüístico. Ferdinand de Saussure, tido como o fundador da Lingüística Moderna, tinha formação neogramática. Naturalmente, seus alunos sofreram também essa influência. Saussure teve alguns célebres alunos, como Bally, Secheyne e Meillet, tendo seus ensinamentos originado a lingüística estrutural.

Também teve formação neogramática o mais importante romanista depois de Diez, Meyer-Lübke. Seus trabalhos e os dos neogramáticos, em geral, refinaram o método histórico-comparativo, fundamental nos estudos de Lingüística Histórica.

² A tradução do alemão para o português seria *novos gramáticos, ou neogramáticos*.

CAPÍTULO 3: A LINGÜÍSTICA E A DIACRONIA: A IMPORTÂNCIA DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

A Lingüística tem discutido, há algum tempo, qual o papel do professor de Língua Portuguesa nos Ensinos Médio e Fundamental. A resposta ainda não nos foi apresentada. Se, por um lado, muito se avançou nas pesquisas lingüísticas no que tange às teorias, por outro, pouco foi produzido no sentido de orientar sistematicamente o trabalho do professor em sala de aula.

Assim, o professor não-universitário (doravante, simplesmente, professor), a cada curso, palestra (ou qualquer tipo de tentativa de atualização profissional feita sob a orientação de alguma Instituição de nível Superior – doravante Universidade), tem a impressão de que está cometendo um equívoco e que seus alunos estão sendo vítimas de seu desconhecimento acerca de teorias lingüísticas que possam mudar sua prática em sala de aula.

Nessas ocasiões, em que a Universidade tenta trazer ao professor um alento, o que acaba acontecendo é o contrário: o professor sente-se desamparado e desorientado nessa perspectiva de mudar as concepções e as práticas de ensino.

Já passou da hora de a Universidade exercer seu papel o mais próximo da plenitude, percorrendo o tripé acadêmico: Ensino, Pesquisa e, finalmente, Extensão.

Essa é nossa proposta para este trabalho.

Bagno et al (2002) confirmam nosso apontamento quando afirmamos o papel de Universidade e todas as exigências por este implicadas:

A universidade, como formadora de professores de língua, tem de responder a tais exigências renovando a maneira de empreender essa formação, deixando de concentrar-se na transmissão estática da NP e da gramática normativa para estimular o conhecimento dinâmico da língua em toda a sua diversidade. (p. 78)

Em seu livro, Neves (2002) questiona acerca de “o que se tem feito, nas universidades para que o professor de Português consiga minimamente equacionar a questão da relação básica entre língua e gramática e, decorrentemente, para que ele possa entender qual é o estatuto do usuário da língua”(2002: 23); questiona também o “que é que se pretende com esse ensino? Qual o papel da gramática?” (2002: 225)

O que parece faltar ao meio acadêmico é a ligação entre o que se ensina na universidade e o que há de se ensinar nas escolas. O grande problema é que os próprios graduandos do curso de letras não conseguem captar e realizar esta ligação estando próximos, por alguns semestres, de seus mestres. Quem dirá depois que se formam e se distanciam razoavelmente da vida acadêmica.

Os novos rumos que as teorias lingüísticas tomaram, ao mesmo tempo em que são extremamente positivos e elucidativos, tornaram-se obscuros e deixaram lacunas quanto a algumas questões importantes. A gramática normativa sofreu bombardeios teórico-intelectuais, sendo questionada em seus métodos e ensinamentos, como

observamos em Bagno et al (2002: 78): “Tudo isso impõe uma crítica aos métodos atuais de ensino de língua, criando simultaneamente uma série de novas exigências pedagógicas”. Mas o que os autores desses bombardeios propuseram factualmente para resolver os problemas apontados nas gramáticas tradicionais?

O que esses ataques conseguiram de concreto foi um certo afastamento por parte dos estudantes do curso de letras em relação à tão criticada gramática e a todos aqueles que, de alguma maneira, ainda a defendessem, o que não ajudou nem ajuda em nada.

Essa gramática, tão marginalizada pelos lingüistas, tem papel fundamental em nossa política institucional, em nossas relações interpessoais ou comerciais, em nossas práticas sociais, além de ser de indiscutível importância à unidade territorial-geográfica.

O uso do registro escrito está normalmente ligado a situações mais formais, em que esse registro deve seguir um padrão – inquestionavelmente necessário. E esse padrão, não é normativo? Pois parece. Citando mais uma vez Neves:

Normatividade ninguém mais ousa defender. Mas deve lembrar-se que, se gramática não tem que ver com norma, por outro lado o desempenho eficiente em certos registros, depende da conformação do texto a determinados padrões vigentes e aceitos na sociedade. [...] deve haver um padrão, sem que se despreste o registro (popular) do aluno. (2002: 229-230)

Esse medo de se falar em normatividade está diretamente relacionado aos ataques citados anteriormente, ataques esses que tendem a ficar cada vez mais evasivos, pois os novos teóricos, que hão de se formar como pupilos dessa geração e desse grupo que tanto ataca a gramática, estarão baseando suas críticas no que ouviram falar e não no que sabem e aprenderam com seu próprio esforço. Aliás, estamos falando de mais um sintoma decorrente dos ataques à gramática: os graduandos em letras, em grande parte, recusam-se a conhecer e estudar o alvo de suas críticas, e muitos saem do curso de Letras ainda sem conhecer o que entraram não sabendo. Vejamos o que diz Bagno et

al (2002: 79): “os estudantes de letras têm de conhecer profundamente a tradição gramatical, junto com as críticas que têm sido feitas a essa tradição pelas diversas correntes da lingüística moderna.”

Para provar a afirmação de que muitos não sabem acerca do alvo que tanto atacam, utilizamos um argumento lógico: se o vestibular não cobra essa gramática normativa, naturalmente as escolas não a ensinam ou ensinam pouco ou ensinam de maneira inapropriada (essa é a principal acusação que se tem feito); a universidade também não ensina, pressupondo que o aluno já saiba, mas como pode tal pressuposição se o vestibular não testa esse conhecimento específico? Eis a questão! Temos vários potenciais futuros lingüistas falando sobre problemas de uma gramática normativa que nem conhecem, o que daria impropriedade argumentativa a qualquer texto por eles escrito, não fosse o lugar-comum que se tornou falar mal da gramática, melhor dizendo, do tratamento tradicional desta, que – segundo Neves (2002: 228) – “é dado como responsável por todos os males que vêm assolando o ensino de língua.”

Acontece que a Gramática nunca se pretendeu Ciência e sempre se prestou a ser normativa (Neves, 2002). Precisamos do entendimento sistemático que essa gramática oferece. Precisamos compreender as mudanças históricas que provocam aparentes mudanças nas regras normativas gramaticais, que ganham forma de exceção na boca dos professores, inocentes por não saberem a causa, omissos por não buscarem sabê-la.

Mais uma vez a universidade entra com sua parcela de culpa, pois suas “pesquisas, de fato, não oferecem uma intervenção efetiva e sistemática à situação encontrada e diagnosticada” (Neves, 2002: 230).

Ainda não falamos do principal papel da gramática, tão bem definido por Neves:

[...] saber expressar-se numa língua não é simplesmente dominar o modo de estruturação de suas frases, mas é saber combinar essas unidades sintáticas em peças comunicativas eficientes, o que envolve a capacidade de adequar os enunciados às situações, aos objetivos da comunicação e às condições de interlocução. E tudo isso se integra na Gramática. (2002: 226)

No trecho grifado (grifo nosso), Neves diz que “expressar-se numa língua não é simplesmente...”. O que se percebe é que a necessidade de dominar o modo de estruturação das frases não é a única saída para se expressar bem, mas faz parte do processo, o que – às vezes – tem sido esquecido. E, segundo a própria Neves, “produção de texto e gramática não se estranham” (2002: 225).

Infelizmente, o que temos observado é que se estranham sim. Ou o professor vale-se apenas de textos em sala de aula ou ele parte só para a gramática. Nesse segundo caso, há os que trabalham gramática normativa achando que estão trabalhando a gramática no texto, pelo simples fato de que, para as análises gramaticais, estão utilizando frases retiradas de um texto.

Enfatizando, mais uma vez, Neves diz que “não tem havido diálogo na interação professor universitário X professor médio e fundamental” (2002: 231), ou seja, apesar de a universidade realizar congressos, simpósios e encontros do gênero (às vezes com o único objetivo de reciclar os profissionais que atuam nos Ensinos Médio e Fundamental), não há uma contrapartida, a universidade não ouve, verdadeira e atentamente, as experiências e as dificuldades (portanto, as demandas) quotidianas desses profissionais. Enquanto não houver esse diálogo, a situação não há de melhorar.

O “não” à Gramática, de maneira radical, faz-nos questionar até o verdadeiro papel da escola que “deve expor a criança a diferentes registros para que ela avalie a situação de uso para cada um deles” (Neves, 2002: 231).

Como já foi dito, o professor também tem a sua parcela de culpa, pois não procura as respostas para os problemas e desafios que a gramática nos impõe e que são percebidos e questionados pelos alunos. Os motivos para essa omissão são vários, mas tratemos de alguns: o primeiro deles é a comodidade de se colocar a culpa na própria gramática e na arbitrariedade de suas regras “ilógicas”; como outro motivo, temos a expectativa do professor de que o livro didático o substitua, assim se livrando de algumas responsabilidades; o último que apontaremos é a falta de conhecimento das teorias lingüísticas que tanto podem ajudar o professor a estabelecer o tratamento que dará ao ensino. Nas palavras de Neves:

O professor de Ensino Médio tem necessidade de conhecimentos de lingüística para bem equacionar o tratamento que dará ao ensino de gramática, mas que esse conhecimento abrange a compreensão de que não se transferirão, meramente, aos alunos lições de lingüística aprendidas na universidade. [...] o conhecimento das diferentes teorias lingüísticas é inquestionavelmente necessário para que o professor de português entenda o fenômeno da linguagem e o funcionamento da língua. (2002: 266-267)

É neste ponto, na necessidade do conhecimento das teorias lingüísticas, que habita a nossa grande questão: qual o papel da Lingüística Histórica, da diacronia na formação do professor? Ou mais, qual tem sido o lugar oferecido a este segmento da Lingüística na formação do professor de Língua Portuguesa?

Defendemos, nesse texto, a necessidade de o professor de língua conhecer a história de seu objeto de ensino. Não basta conhecer a história da Ciência Lingüística, mas a história do objeto de estudo dessa Ciência: a língua.

A Lingüística Histórica saiu de moda e, muitas vezes, é quase tão renegada quanto a Gramática Tradicional. É esquecida, deixada em segundo plano, mesmo que

todos saibam que ela apresenta as respostas mais concretas e incontestáveis para explicar os fenômenos lingüísticos aos quais se propõe a dar conta.

A Lingüística Histórica pós Saussure sofreu uma certa interrupção em seus estudos e só voltou novamente a ter sua importância reconhecida pós Labov (via Meillet), os funcionalistas e os cognitivistas.

Nossa tarefa será provar que o conhecimento dessa área da lingüística é imprescindível e pode ser um conforto para o professor, que não dará respostas insatisfatórias a seus alunos, que por sua vez deixarão de achar que a gramática é um conjunto de regras arbitrárias e absurdas, e que a cada regra aparecerá o dobro de exceções. Para nós, é de fundamental importância o conhecimento da sistematicidade da mudança lingüística, principalmente quando sua essência é fonético-fonológica. Com esse conhecimento, o próprio professor saberá discernir o que é exceção e o que é outra regra sobrepondo-se a uma regra geral. A mudança no tratamento dado pelo aluno a nossa disciplina Língua Portuguesa passa pela mudança do ponto de vista que o próprio professor tem de sua disciplina.

A Lingüística Histórica e os Filólogos não são considerados tão relevantes quanto outrora. Poucos perceberam que estes podem ser uma velha solução para os novos problemas. Em Neves (2002), a Lingüística Histórica não é mencionada quando a autora pergunta “o que fazer com a lingüística no ensino de língua?” (p.265). Aliás, nesse livro tão instigador e esclarecedor, essa seria a única lacuna, que comprova o esquecimento reclamado anteriormente.

Graças a essa lacuna, que pretendemos preencher, houve um quase solitário despertar de nossa parte na busca de uma reafirmação da validade e da funcionalidade da Lingüística Histórica, é como um resgate de algo injustamente deixado de lado, à margem.

Trataremos de questões da gramática normativa, entretanto sem esquecer da língua falada, ou seja, do uso mais freqüente que fazemos de nosso principal instrumento de comunicação. É quase pleonástico afirmar a importância de se estudar também a realização oral de uma língua quando se está defendendo a importância da Lingüística Histórica, em que – por exemplo – estuda-se o percurso da língua latina até se transformar nas novilatinas, tudo isso baseado no latim vulgar, aquele falado pelos cidadãos romanos.

Não se pretende aqui que o professor passe a lecionar gramática latina em sala de aula, pois estaríamos praticando a simples transferência das aulas da universidade para as salas de Ensino Médio e Fundamental. Caberá ao professor escolher o que pode ser mostrado e explicado a partir da diacronia – ou de qualquer outra teoria lingüística – em sala de aula; escolher aquilo que não confundirá seus alunos, mas que lhes mostrará o porquê de alguns fenômenos lingüísticos. Tal preocupação é encontrada também em Bagno et al (2002: 79):

Quero ressaltar, no entanto, que é preciso distinguir aquilo que o futuro professor de língua vai estudar na universidade e aquilo que ele vai ensinar em sala de aula. [...] O professor de português tem de receber uma sólida formação científica, como a de qualquer outro profissional que sai da universidade para o mundo do trabalho. Mas isso não quer dizer que ele vá transmitir aos seus alunos exatamente aquilo que aprendeu na universidade.

Na Gramática Tradicional há regras (i) que têm explicação e devem ser explicadas; (ii) que têm explicação, mas que explicá-las causará um transtorno à compreensão do aluno, além de ser a prática (tão contestada) da transferência das lições de lingüística para a sala de aula; e (iii) regras que não têm explicação – essas são minoria.

3.1. ALGUNS EXEMPLOS DA APLICAÇÃO DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

A título de ilustração, fugindo ao assunto central, poderíamos citar muitos fenômenos lingüísticos expressos nas linhas das gramáticas tradicionais, mas restringir-nos-emos à escolha de algum ou outro destes. Por exemplo, valer-nos-emos desta tão pouco utilizada colocação do pronome oblíquo átono: a mesóclise. A mesóclise entra aqui como um dado para dar conta de que a diacronia não explica apenas a flexão de número, mas o fenômeno lingüístico.

Segundo a Gramática Tradicional, ocorre mesóclise quando não houver próclise e o verbo estiver flexionado no Futuro do Presente ou no Futuro do Pretérito do Indicativo.

Mas por que apenas com esses dois tempos verbais ocorre a mesóclise? Por que numa posição mesoclítica certas formas verbais apresentam dois acentos gráficos, se bem sabemos que em nossa ortografia só permitimos um acento gráfico por palavra? Por que apenas no Futuro do Presente a 3ª pessoa do plural apresenta regularmente a terminação gráfica *ÃO* para representar o mesmo /ãw/ que aparece na maioria dos outros tempos verbais na 3ª pessoa do plural?

Vamos às explicações! Atualmente, para expressar as idéias de futuro do presente e do pretérito do indicativo, utilizamos locuções verbais, cujo verbo auxiliar é *ir*, flexionado no presente do indicativo – para representar o futuro do presente –, ou no pretérito imperfeito – para representar o futuro do pretérito. Ou seja, as formas tradicionais dos dois futuros do indicativo não são utilizadas pela maioria dos falantes. Essa nos é uma herança antiga.

Tal como fazemos hoje, os falantes do latim vulgar utilizavam também locuções verbais para representar os dois futuros. A diferença está no verbo auxiliar utilizado, o verbo *haver*. Daí o hábito de a variedade brasileira do português utilizar-se de locuções como “Eu vou fazer”, “eu vou passar”, tal como ocorria no passado, no chamado latim vulgar.

Trabalharemos, para efeitos didáticos, com a forma utilizada hoje para as flexões do verbo *haver*. Temos as seguintes conjugações para o presente e pretérito imperfeito do indicativo, respectivamente:

Eu hei

Eles hão

Tu hás

Eu havia

Ele há

Tu havias

Nós havemos

Ele havia

Vós haveis

Nós havíamos

Vós havíeis

Eles haviam

Teríamos, então, as seguintes construções para expressar os futuros:

Eu hei de cantar

Eu havia de cantar

Tu hás de cantar

Tu havias de cantar

Ele há de cantar

Ele havia de cantar

Nós havemos de cantar

Nós havíamos de cantar

Vós haveis de cantar

Vós havíeis de cantar

Eles hão de cantar

Eles haviam de cantar

Houve, então, uma inversão na construção da locução verbal: o verbo auxiliar mudou sua posição, colocando-se após o verbo principal. Assim, obtivemos:

Eu cantar hei

Eu cantar havia

Tu cantar hás

Tu cantar havias

Ele de cantar há

Ele cantar havia

Nós cantar havemos

Nós cantar havíamos

Vós cantar haveis

Vós cantar havíeis

Eles cantar hão

Eles cantar haviam

Já se pode imaginar o que houve. A atração entre uma consoante desapoiada e uma vogal na sílaba seguinte é, fonologicamente, irresistível. Ocorreu também, por razões fonológico-diacrônicas, a perda do segmento *{hav}*-, resultando a seguinte forma:

Eu cantar -ei

Eu cantar -ia

Tu cantar -ás

Tu cantar -ias

Ele de cantar -á

Ele cantar -ia

Nós cantar -emos

Nós cantar -íamos

Vós cantar -eis

Vós cantar -íeis

Eles cantar -ão

Eles cantar -iam

Daí as respostas para as perguntas feitas anteriormente.

Só há mesóclise com os futuros do presente e do pretérito do indicativo por estes serem resultado da junção histórica de um verbo auxiliar com um verbo principal. Observando atentamente veremos que o pronome oblíquo átono, na mesóclise, encaixa-se exatamente onde acaba o verbo principal e inicia o auxiliar.

Pode haver dois acentos gráficos na formação mesoclítica, tão somente por se tratar de duas palavras diferentes, destacadas pela intromissão do pronome.

Ainda em relação à nossa viagem histórica, o futuro do presente apresenta a 3ª pessoa do plural sempre terminada em –ÃO por ser oriunda da flexão de 3ª pessoa do plural do verbo haver no presente do indicativo (*hão*).

Na verdade, podemos concluir que não há mesóclise, mas uma ênclise em relação ao verbo principal em sua forma infinitiva. Conforme relata Gonçalves Vianna, até 1910, sequer havia o hífen separando as duas formas e, além disso, a forma do verbo “haver” era grafada com “H” (Beijar te hei). É só repararmos nas primeiras edições de *Amor de Perdição* (Camilo Castelo Branco) e *Dom Casmurro* (Machado de Assis).

Outra explicação interessante que a Lingüística Histórica pode nos dar é acerca de palavras que terminam com Z. Essas palavras quando passam por alguma derivação muitas vezes trocam o Z pelo C. Por quê?

Tal fenômeno ocorre devido à história dessas palavras: elas eram escritas com C, mas por razões ortográficas passaram a ser escritas com Z.

Observemos alguns exemplos do que foi relatado:

Cruce > cruz

Veloce > veloz

Felice > feliz

Feroce > feroz

Pace > paz

Noce > noz

Vice > vez

Voce > voz

Agora vejamos como essas palavras ficam quando as derivamos:

Cruz / crucificar

Veloz / velocidade

Feliz / felicidade

Feroz / ferocidade

Paz / pacífico

Voz / vocal

O que podemos observar é que nessas derivações o radical sofre uma alteração ortográfica em que foi retomado um grafema que ficara perdido lá na origem dessas palavras como pudemos observar nos exemplos sublinhados acima.

O mesmo ocorre com alguns verbos que costumeiramente causam dificuldades ortográficas aos alunos em geral. Por exemplo, a flexão verbal dos verbos trazer, dizer e fazer respectivamente, traz, diz e faz.

Esses verbos representavam-se da seguinte forma: *tracere, dicere e facere*. Flexionados na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, eles assim ficavam *tracet, dicet e facet*. A marca de 3ª pessoa do singular {t} apagou-se. Assim sendo:

Tracet > trace

Dicet > dice

Facet > face

Então, teremos a seguinte mudança:

Trace > traz

Dice > diz

Face > faz

Vale lembrar que o professor de Língua Portuguesa não necessariamente irá se valer corriqueiramente de exemplos e explicações como essas. Assim, estaríamos transferindo as lições de Lingüística de sua graduação para seus alunos do Ensino Fundamental ou Médio. O fato é que o professor acaba se valendo desses conhecimentos para fundamentar sua resposta a um aluno mais curioso, mais questionador.

Voltamos a reafirmar: o conhecimento dos temas abordados pela Lingüística Histórica deve ser condição *sine qua non* para a formação de um bom professor de Língua Portuguesa, ainda que não seja necessário o uso de tais conhecimentos. No entanto, sempre que solicitados devem vir à tona.

CAPÍTULO 4: A FLEXÃO DE NÚMERO DOS NOMES EM PORTUGUÊS

4.1. O SISTEMA CASUAL E O CASO LEXICOGÊNICO: BREVES APONTAMENTOS

A formação do plural da Língua Portuguesa é explicável, como tantos outros pontos gramaticais, por meio de uma breve e enriquecedora viagem à história de nossa língua por séculos, desde sua origem latina.

A língua latina apresentava um sistema de morfemas categóricos de casos. Em Latim, segundo Resende (1996:20), “a indicação das funções faz-se também através das formas, e essas formas, conjugadas com os valores das palavras nas frases, chamam-se casos”. Entretanto, na língua portuguesa, hoje, temos apenas resquícios desse sistema (por exemplo, no sistema pronominal). O desaparecimento do sistema casual, no entanto, não se deu abruptamente; os casos latinos passaram por adaptações de acordo com as características lingüísticas e culturais anteriores às conquistas de cada território dominado pelo Império Romano. Cada povo que passou a falar o Latim, ao fazê-lo, introduziu à nova língua, do dominador (o Latim), seu sotaque, suas particularidades sociolingüísticas e culturais.

A língua portuguesa, por exemplo, tem como caso lexicogênico³ o acusativo. Tal escolha está, certamente, relacionada à simplicidade e à regularidade – no que tange a algumas questões morfológicas – desse caso, principalmente após algumas mudanças fonológicas.

Nossa preocupação, neste trabalho, será mostrar como – através do caso lexicogênico e das mudanças fonêmicas havidas no percurso diacrônico – formou-se o plural em nossa língua.

“As palavras latinas sujeitas à flexão de caso estão distribuídas por diversos grupos, a que se dá o nome de temas. Assim existem os grupos de tema em A, O, U, E, I e em Consoante.” (Resende, 1996:20) Desse modo, far-se-á necessária a apresentação das marcas casuais divididas por tema.

Quadro das Desinências Nominais (Resende, 1996: 94-95)

Tema em -A		
	Singular	Plural
	M. F.	M. F.
Nom.	-a	-ae
Acus.	-am	-as
Gen.	-ae	-arum
Abl.	-a	-is
Dat.	-ae	-is

Tema em -O				
	Singular		Plural	
	M. F.	N.	M. F.	N.
Nom.	-us -er - ir	-um	-i	-a
Voc.	-us -e -er -ir	-um	-i	-a
Acus.	-um	-um	-os	-a
Gen.	-i	-i	-orum	-orum
Abl.	-o	-o	-is	-is
Dat.	-o	-o	-is	-is

³ Caso lexicogênico é aquele que foi escolhido, dentre os casos do sistema latino, para a extração das palavras que vão entrar no léxico da língua.

Tema em -U				
	Singular		Plural	
	M. F.	N.	M. F.	N.
Nom.	-us	-u	-us	-ŭa
Acus.	-um	-u	-us	-ŭa
Gen.	-us	-us	-ŭum	-ŭum
Abl.	-u	-u	-ĭbus	-ĭbus
Dat.	-ui	-u	-ĭbus	-ĭbus

Tema em -E		
	Singular	Plural
	M. F.	M. F.
Nom.	-es	-es
Acus.	-em	-es
Gen.	-ei	-erum
Abl.	-e	-ebus
Dat.	-ei	-ebus

Tema em -I / Consoante				
	Singular		Plural	
	M. F.	N.	M. F.	N.
Nom.	?	?	-es	-(ĭ)a
Acus.	-em	?	-es	-(ĭ)a
Gen.	-is	-is	-(ĭ)um	-(ĭ)um
Abl.	-e -i	-i -e	-ĭbus	-ĭbus
Dat.	-i	-i	-ĭbus	-ĭbus

Observando a tabela, notamos alguns outros elementos ainda não citados. Por exemplo, a questão do gênero. Na Língua Latina, havia nitidamente três gêneros: masculino, feminino e neutro; o masculino e o feminino mantiveram-se na língua portuguesa, já o neutro perdeu parte de seu valor morfológico ao longo dos séculos. Como explicar essa perda? Coutinho (1976:230) explica resumidamente o que se deu:

Há outra causa que aparece evidentemente da confusão do masculino e do neutro. É o emprego, para formar o plural dum nome masculino, dum antigo coletivo neutro de tema -a-, que forneceu igualmente o nominativo – vocativo – acusativo do plural neutro.

Além das causas psicológicas aqui apontadas, podemos assinalar uma de ordem fonética: o enfraquecimento ou queda, na língua vulgar, do S e M finais das palavras.

Não se pôde mais fazer distinção entre os neutro *templu(m)* e *cornu* e os masculinos *hortu(s)* e *cantu(s)*, uma vez que a única nota diferencial havia desaparecido.

Apagado assim o único sinal distintivo pela fonética, de uma parte; de outra, pela analogia, o que tornava impossível qualquer distinção entre os dois gêneros, o resultado foi, o que era de esperar, a absorção de grande parte do neutro pelo masculino.

Como no plural aqueles nomes terminavam em –a (nom., vocat. e acusat.), foram considerados por analogia substantivos femininos, identificando-se, na declinação, com os nomes da primeira.

Entretanto, essa perda não se deu por completa, havendo ainda traços e vestígios do neutro no sistema pronominal da Língua Portuguesa, como nos demonstrativos *isto*, *isso e aquilo*. Ou ainda no oblíquo átono *o*, quando funciona também como demonstrativo no exemplo a seguir:

- És mãe?

- Não o sou.

4.2. A FLEXÃO DE NÚMERO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

As Gramáticas Tradicionais trazem uma explicação extremamente simplificada da flexão de plural para os substantivos simples, dizendo apenas que a marca dessa flexão é o morfema {-S}, tendo como alomorfes⁴ ou “exceções”⁵. A seguir citaremos definições/ explicações de alguns gramáticos.

Segundo Evanildo Bechara (1982: 76-7):

a) Forma-se o plural acrescentando-se s aos nomes terminados por:

- 1 - vogal ou ditongo oral;
- 2 - ditongos nasais *ãe* e *ão* (átono)
- 3 - vogal nasal *ã*;
- 4 - *m* (grafando-se *ns*)

b) Acrescenta-se es para formar o plural dos nomes terminados por:

- 1 - *s* (em sílaba tônica);
- 2 - *z* (em sílaba tônica)
- 3 - *r*

E dessa maneira continua Bechara a mostrar a formação dos plurais por regras que aparentam ser meras normalizações de como se deve ou não usar o padrão da língua.

Sacconi (1999: 110-111), por exemplo, prefere nem citar explicitamente a marca morfológica característica do plural, optando por mostrar uma lista de palavras no

⁴ Alomorfes são outras formas de um mesmo morfema se manifestar.

⁵ A G.T. e, principalmente, os professores de Língua Portuguesa costumam referir-se a outras regras, que não a regra geral, como exceções. Somos aqui fundamentadamente contrários a tais práticas.

singular e no respectivo plural. Depois (1999: 112-114) mostra algumas “particularidades” dos plurais, mais uma vez por meio de listas de palavras.

Azeredo (2002: 112-115), de forma mais sistemática, escreve a respeito da flexão de número, apresentando as explicações semânticas para certas pluralizações; toca também nas “alterações” sofridas por algumas terminações de palavras quando pluralizadas, mas termina por não explicar as verdadeiras razões de tais “alterações”. As Gramáticas têm o hábito de ignorar a fonética e a fonologia, trazendo, por isso, o hábito de falar em consoantes grafadas como letras. Desta forma, nelas o que se vê não é o estudo da fonologia diacrônica que o futuro professor de português deva dominar. Assim sendo, nas Gramáticas aparecem, como observamos em um trecho de seu livro *Fundamentos de Gramática de Português* (2002: 115):

Os nomes terminados por consoante lateral, grafada com a letra *l*, perdem esta consoante diante da marca do plural, que pode ser *-s* ou *-is*, conforme segue:

- se a vogal que precede o *l* é um *i* tônico, a marca de plural é *-s*: funil/ funis;
- se a vogal que precede o *l* é um *i* átono, este */i/* se torna */e/* diante da marca de plural *-is*: réptil/ répteis [...]

Azeredo apresenta razões fonéticas (vazias, não explicadas de verdade) para as alterações referidas. Ainda o faz, como se os acontecimentos discutidos ocorressem sincrônica e não diacronicamente, conforme o são.

Infante e Nicola, na *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* (1997:153-155), definem :

Como norma geral, em português forma-se o plural acrescentando-se ao singular a desinência *s*. É o que ocorre com os substantivos que terminam em vogal; quando terminam em consoante, temos alguns casos especiais. Vamos às regras:
[...]

b) substantivos terminados em -ão – Podem fazer plural em *-ões*, *-ães* ou *-ãos*; [...]

Diante dessa afirmação, um aluno curioso poderia perguntar: “Professor, como vou saber quando usar um ou outro plural?” E a resposta muito possivelmente virá em forma de lista a ser decorada pelo aluno. Será que deve ser assim?

Cunha & Cintra, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001: 180-186), dirá que por “regra geral: o plural dos substantivos terminados em vogal ou ditongo forma-se acrescentando-se -s ao singular” e anuncia a seguir regras especiais, tais como as transcritas anteriormente pelos outros autores ora citados, apresentando as mesmas inconsistências teóricas.

Há de fato uma definição comum e correta nas gramáticas para a flexão de número. Podemos tomar a definição de Câmara Jr. (1970: 283) como resumo:

Categoria gramatical que leva em consideração o número dos indivíduos designados nos nomes, essencialmente os substantivos. [...] O número pode ser singular, quando o substantivo designa um só indivíduo ou vários indivíduos considerados num todo coletivo, e plural, quando há um morfema indicando tratar-se de mais de um indivíduo.

Mas essa é a explicação semântica para a flexão de número, o que tem-nos faltado é a verdadeira explicação morfológica para a pluralização das palavras.

Enfim, as perguntas de nossos alunos ainda estão sem respostas satisfatórias. Vejamos a seguir o que iremos encontrar nos livros didáticos.

4.3. A FLEXÃO DE NÚMERO NOS LIVROS DIDÁTICOS

É imaginando, pois, que os autores de livros didáticos tenham como referências bibliográficas as mais conceituadas gramáticas e sabendo que essas gramáticas não trazem a devida e necessária explicação sistemática e correta da flexão de número dos nomes, haveria de se imaginar que – conseqüentemente – os livros produzidos por esses autores não atenderiam também às expectativas dos professores e dos alunos quanto às explicações e às sistematizações do assunto nesses livros.

E o que observamos foi uma mera reprodução do que fora constatado na seção anterior *A flexão de número nas gramáticas tradicionais*. Para efeito de comprovação, seguem alguns trechos retirados de livros didáticos, fidedignamente. A escolha de tais livros didáticos foi feita visando trazer exemplos de datas, editoras e autores diferentes para que pudéssemos ter uma visão que se pretendia plural acerca destes; é importante também salientar que, embora apenas os seguintes tenham sido citados, muitos outros foram analisados em nosso estudo.

Vejamos o que dizem Terra & Cavallete (2002: 55-59):

Número dos Substantivos

Dois são os números dos substantivos: singular e plural.

Exemplo:

O **motorista** mostrou-se educado com o **passageiro**.

Os **motoristas** mostraram-se educados com os **passageiros**.

Motorista e passageiro – singular

Motoristas e passageiros – plural

Na língua portuguesa, o **s** final é a característica do plural.

Casos Especiais

⇒ Substantivos terminados em **-AL, -EL, -OL, -UL**:

No plural trocam o **L** por **IS**:

- jornal – jornais
- canal – canais
- pastel – pastéis
- papel – papéis
- anzol – anzóis
- paul – paus

Exceções : mal – males; cônsul – cônsules; real (moeda) – réis

⇒ Substantivos terminados em **-IL**:

a) **Quando oxítonos**: trocam o **-IL** por **-IS**

- barril – barris
- fuzil – fuzis

b) **Quando paroxítonos**: trocam o **-IL** por **-EIS**:

- réptil – répteis
- projétil – projéteis

⇒ Substantivos terminados em **-R** ou **-Z**, no plural, sofrem o acréscimo de **-ES**:

- mar – mares
- dólar – dólares
- repórter – repórteres
- luz – luzes
- juiz – juizes
- raiz – raizes

⇒ Substantivos terminados em **-S**:

a) os monossílabos e os oxítonos sofrem o acréscimo de **-ES**:

- ás – ases
- gás – gases
- mês – meses
- país – países
- freguês – fregueses
- obus - obuses

b) os paroxítonos e proparoxítonos ficam invariáveis:

- o ônibus – os ônibus
- o ourives – os ourives
- o pires – os pires
- o lápis – os lápis

⇒ Substantivos terminados em **-M**, no plural, trocam o **-M** por **-NS**:

- álbum – álbuns
- atum – atuns
- nuvem – nuvens
- som – sons
- pajem – pajens
- jovem – jovens

☞ Substantivos terminados em **-X**, ficam invariáveis:

- o tórax – os tórax

☞ Substantivos terminados em **-AO**:

a) trocam **-ÃO** por **-ÃOS**:

- cidadão – cidadãos
- bênção – bênções
- órgão – órgãos
- grão – grãos
- chão – chãos
- mão – mãos

b) trocam **-ÃO** por **-ÃES**:

- sacristão – sacristães
- capitão – capitães
- escrivão – escrivães
- alemão – alemães

c) trocam **-ÃO** por **-ÕES**:

- balão – balões
- botão – botões
- questão – questões
- canção – canções
- espião – espiões
- razão – razões
- limão – limões
- melão – melões
- vulcão – vulcões

OBSERVAÇÃO: Há substantivos terminados em **-ÃO** que possuem duas e até três formas de plural. Exemplos:

- anão – anãos e anões
- cirurgião – cirurgiões e cirurgiães
- corrimão – corrimãos e corrimões
- vilão – vilãos, vilões e vilães
- aldeão – aldeãos, aldeões e aldeães.

Observemos agora outra opinião (Bassi & Leite, 1992: 89-91):

Número

A maior parte dos substantivos forma o plural com o acréscimo da letra **-s**. Observe:

bola –
bolas

Entretanto, o modo de formar o plural pode variar, dependendo da terminação das palavras. Veja:

- substantivos terminados em **-r**, **-s** ou **-z** → acrescenta-se **-es**:

pilar –
pilares
gás –
gases
giz –
gizes

- substantivos terminados em **-l**, precedidos de **a**, **e**, **o**, **u** → substitui-se o **-l** por **-is**:

animal –
animais
hotel –
hotéis
farol – faróis
paul – paus

Atenção: **-il** (oxítonas): barril – barris funil – funis
-il (paroxítonas) fósil – fósseis réptil – répteis

- substantivos terminados em **-ão** → substitui-se **-ão** por **-ãos**, **-ães** ou **-ões**:

cidadão –
cidadãos
cão – cães
opinião –
opiniões

- substantivos terminados em **-zito**, **-zinho** → pluraliza-se a palavra-base e também a terminação:

papel**zinho** –
pape**zinhos**
pão**zinho** –
pãe**zinhos**

- substantivos paroxítonos terminados em **-s** e **-x** → são invariáveis:

o lápis – os
lápis
o tórax – os
tórax

Por fim, mais uma explicação para o plural (Giacomozzi; Valério; & Fenga, 1992: 60-62):

Número

Quanto ao número, os substantivos podem estar no **singular** ou no **plural**. O **plural** dos substantivos em Português é formado basicamente pelo acréscimo do **S**. Veja:

- casa – casas
- café – cafés
- pai – pais
- céu – céus
- hífen – hífens

Mas, muitas palavras formam o plural de maneira diferente:

Veja os quadros:

Substantivos terminados em ão		
• recebem s:		Obs.: Alguns admitem duas ou três formas: anão anães anãos Sacristão sacristãos sacristães vulcão vulcões vulcãos peão peões peães
ancião	anciãos	
mão	mãos	
órfão	órfãos	
• mudam ão em ões		
anão	anões	
espião	espiões	
botão	botões	
• mudam ão em ães		
pão	pães	
cão	cães	
alemão	alemães	

Substantivos terminados em:

s	monossílabos: recebem es gás gases mês meses
	oxítonos: recebem es freguês fregueses país países
	Obs.: Outros ficam invariáveis o lápis os lápis o ônibus os ônibus o pires os pires
x	ficam invariáveis o tórax os tórax
r ou z	recebem es mulher mulheres cruz cruzes

Substantivos terminados em:	
il	oxítonos: trocam o l por s funil funis barril barris
	paroxítonos: trocam o il por eis fóssil fósseis réptil répteis
m	trocam o m por ns homem homens álbum álbuns
al, el, ol, ul	trocam o l por is jornal jornais anel anéis anzol anzóis paul paus

4.4. A FLEXÃO DE NÚMERO NOS LIVROS DE LINGÜÍSTICA APLICADA AO PORTUGUÊS: MORFOLOGIA

Ainda esperando por algo que derrubasse nossa tese de que a Lingüística Histórica tem sido abandonada em situações nas quais esta seria “a luz no fim do túnel”, recorreremos aos livros especializados em morfologia, destinados a estudantes dos cursos de Letras, escritos por nomes consagrados dentro do cenário acadêmico nacional no âmbito lingüístico.

Pudemos mais uma vez constatar que as explicações ao fenômeno flexão de número dos nomes apresentou-se-nos insatisfatórias do ponto de vista histórico. O mais

inquietante é que desta vez os livros analisados são destinados a estudantes dos cursos de letras de todo o país. Não caberiam nesses casos quaisquer justificativas no sentido da inaptidão do público-alvo (os futuros professores de português) para a compreensão e aprendizado dos princípios formadores dessa flexão, ora estudada.

Vejamos os que dizem os textos a seguir.

4.4.1. LINGÜÍSTICA APLICADA AO PORTUGUÊS: MORFOLOGIA (KOCH E SILVA, 2003)

Para analisarmos qualquer texto, temos que nos orientar pela proposta de quem o escreveu, ou seja, quais os objetivos, qual a linha de pesquisa. Considerando as várias linhas de abordagem dentro dos estudos lingüísticos, ao proceder à análise de cada livro de morfologia, procuraremos esclarecer qual a abordagem esperada e qual a praticada pelo autor. Para tal, no caso de Koch e Silva (2003), citaremos a “orelha” do próprio livro:

O objetivo básico deste trabalho é o de proceder à operacionalização para o ensino das descrições teóricas sobre a morfologia, especialmente aquelas propostas na obra clássica de Matoso Câmara Jr..

Ao contrário do que ocorre em outros países, a literatura lingüística, em língua portuguesa, não foi acompanhada, salvo raras exceções, de trabalhos de divulgação a nível do professor de língua materna, e, muito menos, de trabalhos de cunho didático, isto é, de manuais para uso do aluno.

Tal tipo de material é um instrumento introdutório necessário para a leitura de textos de carácter científico, além de constituir-se em instrumento avaliador da potencialidade didática das descrições teóricas propostas. [...]

Analisemos, portanto, tais potencialidades. Vejamos o que se diz – e, principalmente, como se diz – acerca de nosso assunto.

Observando o item *4.2. A flexão de número* (2003: 52-55), notamos uma abordagem diferenciada daquela encontrada até o momento de nossa pesquisa nas Gramáticas e nos Livros Didáticos.

Houve melhor sistematização nas demonstrações da realização da flexão de número plural dos nomes, mas as explicações para o que as autoras chamam de alomorfa não se aprofundam. Em se tratando de um livro, cujo público-alvo são graduandos em Letras, nesse aspecto, fica a dever, pois poderia ter-se aprofundado mais. Por exemplo, cita-se a formação do plural das palavras terminadas em L, dizendo-se que por razões morfofonêmicas como “a queda do /l/ final e por ditongação” (2003: 53) temos alomorfe {is} para marcar o plural dos nomes terminados em L. Mas, como veremos adiante, não há qualquer razão morfofonêmica para que o /l/ final caia. As razões são outras e, para que não se repitam os problemas das Gramáticas e dos Livros Didáticos, os graduandos em Letras precisam sabê-las.

Outro exemplo diz respeito ao plural das palavras terminadas em *-/ãw/*. Segundo Koch e Silva (2003: 53-54), “a simplicidade estrutural na descrição de número só é até certo ponto perturbada pela possibilidade de variação, sem nenhum condicionamento fonético, dos vocábulos terminados em *-/ão/*.” Há condicionamentos bastante significativos para essa variação de ordem morfo-fonêmico-histórica, como também descreveremos à frente.

No entanto, todas essas afirmações, desde as que colocam corretamente as variações como alomorfias até as “exceções”, citadas anteriormente, fundamentam-se nas teorias morfofonêmicas apresentadas pelos estudos diacrônicos que aqui abordaremos.

4.4.2. MANUAL DE MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS (LAROCA, 2003)

Em seu manual de morfologia, Laroca (2003:09)⁶ apresenta-nos sua proposta: “Pretendemos que este compêndio cumpra seu objetivo didático, fornecendo ao aluno subsídios para reflexões e questionamentos indispensáveis à sua iniciação científica e à preparação para a vida profissional.”

De fato, foi este livro que nos trouxe a motivação para tomar os rumos dessa dissertação com reflexões e questionamentos.

A primeira afirmação que será discutida nesta dissertação é a seguinte (Laroca, 2003: 43): “O morfema {plural} em português realiza-se através dos alomorfes /s/ e /is/. [...] Para operacionalizar a pluralização em português, vamos trabalhar com os alomorfes representados fonologicamente /s/ ~ /is/, em distribuição complementar, condicionados a determinados contextos fonológicos.”

O que mais encontramos até agora em livros didáticos, em gramáticas e livros da literatura lingüística foi a equivocada idéia de que o plural apresenta um alomorfe {es}, quando estes mesmos manuais dizem que esse {e} é vogal temática nominal, o que de fato é correto.

A partir desse princípio, que aos olhos da lingüística diacrônica é equivocado, as páginas que versarão sobre as manifestações morfológicas do plural estarão seguindo essa linha de pensamento errônea.

Ou o {e} é vogal temática nominal ou ele faz parte de um alomorfe de plural: as duas coisas, não.

Laroca (2003: 44) fala que “importa notar que, no momento da flexão de plural, os nomes terminados em /l/ sofrem supressão automática desse fonema”. Mas não explica o que houve de fato, o porquê de esse /l/ apagar-se. Esperávamos dos livros de

⁶ Professora aposentada da UFJF e cujas palestras e mini-cursos me despertaram o gosto pela Morfologia.

lingüística que falassem sobre morfologia uma preocupação em explicitar as mudanças morfofonêmicas diacronicamente.

Conforme exposto à página 39, seguindo a tendência de usar o grafema em lugar do fonema, que é exatamente um dos hábitos de nossa crítica, em relação ao plural das palavras terminadas em $\tilde{A}O$, a autora apresenta um dado estatístico interessante sobre a flexão de plural dessas palavras. Fala, então, sobre uma alomorfia de base $X \tilde{a}o \sim X \tilde{o}^{-7}$, mas continua a insistir na alomorfia de plural {es}. Veremos adiante a confirmação de que não há alomorfia de plural, mas sim na base da palavra, ou seja, $X \tilde{a}o \sim X \tilde{o}e-$, $X \tilde{a}o \sim X \tilde{a}e-$.

A autora ainda questiona, nesse ponto (2003: 47), a teoria de Mattoso Câmara que fala sobre a neutralização, no singular das palavras terminadas em $\tilde{A}O$, de duas estruturas de radicais, uma terminada em {one} e outra terminada em {ane}.

Pois é exatamente essa a resposta para o plural “irregular” das palavras terminadas em $\tilde{A}O$. E Mattoso Câmara é também nossa resposta para várias questões referentes à variação diacrônica, quando esta se manifesta sincronicamente.

Ainda reforçando, tudo o que pudermos, e o que convier, explicar diacronicamente terá motivações morfológicas sincrônicas, por isso este estudo se fará relevante.

Se assim não fosse, de fato teriam razão aqueles que têm dado à diacronia um espaço quase insignificante no meio lingüístico atualmente.

A diacronia deverá ser evocada (ainda que mentalmente pelo professor) toda vez que forem observadas variações sincrônicas que suscitem a curiosidade e a busca por respostas elucidativas. O conhecimento da história da língua, bem como do percurso que as palavras, sua sintaxe e morfologia apresentam, será de importância indelével àqueles que se dedicam ao ensino verdadeiramente reflexivo de uma língua.

⁷ X representa a base da palavra.

CAPÍTULO 5: A FORMAÇÃO DO PLURAL NA LÍNGUA PORTUGUESA

A definição das Gramáticas Normativas da Língua Portuguesa para como funciona o plural reitera a visão tradicional da Gramática, a qual afasta e desestimula parte dos discentes de todos níveis escolares, inclusive o Superior.

A grande pergunta que começamos a fazer quando crianças (“Por quê?”) ecoa nas salas de aula em quaisquer das disciplinas. E a grande questão é: como respondê-la? No caso das aulas de Língua Portuguesa, podemos oferecer as respostas de acordo com a parte abordada. Por exemplo, as aulas de sintaxe hoje se amparam nas construções das frases dentro do texto com suas funções comunicativas e seus comportamentos semântico-sintáticos. O estudo das estruturas sintáticas encontrou um belo casamento com as lingüísticas textual e semântica.

Já a morfologia apresenta-nos hoje um viés semântico-cognitivo invejável, trazendo-nos explicações para várias lacunas deixadas pela G.T. e que também exigiam porquês.

Entretanto, respeitando todas as correntes teóricas e reconhecendo-lhes a função e a importância, acreditamos haver espaço para o estudo das estruturas morfológicas (segundo a tradição gramatical) numa visão diacrônica.

A Lingüística Diacrônica tem as respostas para a formação da estrutura morfofonêmica de nossa língua.

5.1. A FLEXÃO DE NÚMERO, SEGUNDO A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

O plural é tradicionalmente marcado pelo {s}, havendo alomorfias não na marca de plural, mas nos radicais que vão recebê-la. Trataremos agora de todas as possíveis situações da realização da marca de plural na variante brasileira do Português.

Vamos dividir as palavras em grupos, de acordo com suas características e com as divisões trazidas pelas gramáticas e livros didáticos.

5.1.1. GRUPO 1: PALAVRAS TERMINADAS EM VOGAL OU DITONGOS

Regra Geral: X (voc) + {plural} → X (voc) + {S}

As palavras terminadas em vogal ou ditongo marcam o plural pelo simples acréscimo de {S} ao final da palavra, não havendo – exceto para o ditongo /ãw/ - sequer alomorfias no radical.

É o que podemos notar nos exemplos a seguir, usando o morfema {s}:

Ex.: mesa/ mesa{s}

Café/ café {s}
Táxi/ táxi {s}
Bolo/ bolo {s}
Urubu/ urubu {s}
Herói/ herói {s}
Rei/ rei {s}
Chapéu/ chapéu {s}
Sócio/ sócio {s}
série/ série {s}
área/ área {s}
ovo/ ovo {s}⁸
novo/ novo {s}
jogo/ jogo {s}
povo/ povo {s}
porco/ porco {s}

5.1.2. PALAVRAS TERMINADAS EM DITONGO GRÁFICO ãO

As palavras terminadas em ãO podem apresentar uma particularidade quando flexionadas no plural. Para entender o que ocorre, mostraremos o percurso dessas palavras dentro da formação de nossa língua.

Na formação do plural, retomamos as formas antigas das palavras hoje terminadas em ãO. A questão é que essas palavras apresentam-nos três “formas” de

⁸ Devido a razões fonético-fonológicas, algumas palavras quando flexionadas no plural, além do acréscimo de {S}, apresentam metafoia, que reforça a marca de plural. A forma latina dessas palavras era ŌVU/ ŌVOS – NŌVU/ NŌVOS – IŌCUS/ IŌCOS e a presença deste U átono final pós-tônico alteou a vogal tônica no singular. O presente comprova o passado, pois há similaridade na variedade brasileira do português quando ao falarmos “bonita”, “polícia” alteamos o /o/ pré-tônico.

plural, o que poderia nos levar ao equívoco de dizer que – de fato – haja três marcas diferentes para esses casos.

Numa observação mais atenta, entretanto, veremos que o plural continua sendo marcado pelo {s} e não por alomorfe {is}. A alomorfia presente é no radical, mas – como toda alomorfia – tem razão diacrônica. Na verdade, o que prevalece aqui são as regras de apagamento do *-n/-*, mas cuja nasalidade fica mantida e é, ortograficamente, representada pelo til.

Para entender a formação do plural das palavras em *ÃO*, precisamos antes compreender a origem dessas palavras, ou seja, como elas chegam à forma singular vigente em nossa língua.

De maneira resumida, poderíamos explicar da seguinte forma: houve apagamento do *-n/-* intervocálico, mas este nasalizava a vogal anterior e, sendo assim, o */n/* “sobe” em forma de sinal gráfico (til), marcando a nasalização da referida vogal para as palavras terminadas em */-anu/*; todavia, no singular as palavras terminadas em */-one/*, */-ane/*, sofreram apagamento do */e/* final átono, e depois regularizaram o paradigma, adotando o som */ãw⁹/*, o qual fez fortuna na língua portuguesa.

No entanto, para ficar mais claro, analisaremos exemplos e reescreveremos essas regras até chegar novamente nelas mesmas.

Vejamos então a formação do singular das palavras seguintes:

GRUPO A

Cristianu > cristão

Cidadanu > cidadão

Paganu > pagão

⁹ Queremos deixar claro que o til nessa representação fonológica deveria estar sobre o */w/* também, o que não foi feito por impossibilidade técnica, não havendo tal possibilidade para o teclado em uso, já que este atende à demanda ortográfica. Essa nota deverá ser lembrada para todas as vezes em que houver tal representação.

Manu > mão

O /-n/- > /ø/, deixando sua marca de nasalização realizada graficamente pelo til.

GRUPO B

Pane > pan > pão

Cane > can > cão

Leone > leon > leão

Nesses casos, houve apagamento da vogal /e/ átona final, fazendo com que o /n/ perdesse o ambiente intervocálico e, portanto, a possibilidade do apagamento. No entanto, por regularização do paradigma, devido à semelhança sonora e ao gosto dos falantes pelo som /ãw/, -/ã/ e -/õ/ > -/ãw/.

Assim formaram-se as palavras de nossa língua que hoje terminam em -ão. O que podemos concluir é que havia três formas de singular que se transformaram em apenas uma. Ou seja: -/ano/, -/one/, -/ane/ > -/ãw/.

Aqui surge o nosso problema: passamos a ter uma única forma para o singular, porém o plural dessas palavras pode realizar-se de três formas: -/ãws/, -/õys/, -/ãys/. Como explicar tal ocorrência? Recorrendo mais uma vez à diacronia.

O plural das palavras em -ão é formado a partir da forma original dessas palavras. A marca de plural na língua latina do caso escolhido como lexicogênico (conforme explicação anterior) é o {s}. Portanto, nas palavras utilizadas como exemplo da formação do singular ãO, o plural faz-se, em Latim, acrescentando-lhes /s/. Vejamos a flexão desses nomes no Acusativo Plural:

Cristianos

Cidadanos

Paganos

Manos

Panes

Canes

Leones

Assim, poderemos observar que, nas palavras do grupo B, em que o *-e/* final átono se apagava, não houve mais ambiente para o apagamento, uma vez que o */e/* não estava mais em posição final. Como ele não se apaga, ocorre o ambiente intervocálico propício ao apagamento do *-n/-*, ambiente este que já existe nas palavras do grupo A. Então o *-n/-* se apaga, deixando sua marca gráfica de nasalização (*~*). Assim formamos o plural dessas palavras:

Cristianos > cristãos

Cidadanos > cidadãos

Paganos > pagãos

Manos > mãos

Panes > pães

Canes > cães

Leones > leões

Temos que destacar aqui que nem todas as palavras que terminam em *-ãw/* entraram em nossa língua via Latim e nem todas se satisfizeram com o plural próprio. Estas, portanto, nem sempre se mantiveram fiéis aos modelos latinos. Segundo Coutinho (1976: 158), “um bom número assumiu as flexões das outras, de que resultou apresentarem duas ou três formas no plural, o que se verifica com *anão, alão, aldeão, ancião, hortelão, sacristãos, serão, verão, vilão*”.

Ainda segundo Coutinho (IDEM):

Plural próprio

Plural analógico¹⁰

¹⁰ *Ego sũm* teria que ser em Português *Eu som*, mas se o outro auxiliar na 1ª pessoa do singular é *estou*, então *sũm* > *sou*. O que houve foi uma analogia. Mais uma vez seguimos a definição de Jean Dubois.

Anãos	anões
Alãos	aloés, alães
Aldeãos	aldeões
Anciãos	anciões, anciães
Hortelãos	hortelões
Sacristãos	sacristões
Serãos	serões
Verãos	verões
Vilãos	vilões, vilães

O plural analógico se deve ao fato de esses vocábulos ou não terem vindo do Latim ou terem entrado tardiamente na língua.

5.2. GRUPO 2: PALAVRAS TERMINADAS EM CONSOANTE

Regra Geral: X (cons) + {plural} → X (cons) + {S}

Sustentamos aqui, mais uma vez, nossa posição de que apenas o {S} é a desinência de plural em Português, não havendo para os casos analisados a seguir alomorfia da desinência de número plural.

Começemos pela constatação de que hoje apenas as consoantes M, N, S, Z, X, R e L encontram-se em posição final no português contemporâneo. Analisaremos cada consoante dessas em posição final na palavra, para que – então – possamos afirmar a unicidade do morfema designativo de plural no português brasileiro.

Outra constatação diz respeito à posição final dessas consoantes na língua latina. As palavras de tema em -i ou consoante terminavam, via de regra, em S ou X. Raramente ocorria algo diferente. Assim sendo, as demais terminações em consoante ocorreram devido a mudanças diacrônicas de ordem fonológica. É o que veremos nessa seção.

5.2.1. PALAVRAS TERMINADAS EM -M

O plural das palavras terminadas em M realiza-se com extrema regularidade. Há uma única alteração, de ordem ortográfica, mas que na verdade é mais uma retomada da forma antiga dessas palavras.

Ao acrescentarmos {s} para marcar o plural, na ortografia, trocamos o M por N. O que ocorre – de fato – é a remontagem do acusativo plural latino (Coutinho, 1976) -enes, -īnes, -īnes, -onos, -ūnus.

Exemplos:

Juvenes > juvēs* > juvenis

Fines > fīes* > fīis > fins

Virgines > virgēs* > virgines

Tonos > tōos > tons

Jejunos > jejūos* > jejūus > jejuns

Outro fato é que o acusativo latino no singular era sempre nasalizado na língua padrão o que se pode observar pelo fato de, na literatura latina, ele se encontrar marcado pelo grafema M. Como o acusativo tornou-se no assim chamado latim vulgar o caso lexicogênico, esta nasalidade perdeu-se desde cedo em todos os romances.

5.2.2. PALAVRAS TERMINADAS EM -R

As palavras terminadas em R, que sejam de origem latina, sofreram alterações fonológicas durante seu percurso histórico. A alteração que nos é relevante diz respeito ao apagamento da vogal /-e/ átona em posição final. Observemos a seguir:

Mare > mar

Cadavere > cadáver

Essas palavras também marcavam plural, na forma latina, através do {s}. O que acontecera, então? Ao flexionarmos, no português contemporâneo, essas palavras, retomamos automaticamente sua forma latina. Teríamos, portanto, em Latim o plural dessas palavras da seguinte maneira:

Mare/ mare{s}

Cadavere/ cadavere{s}

Temos, então, o {s} como desinência de plural, sendo o {e}, que antecede o {s}, vogal temática nominal. Mais uma vez, o /e/ perdeu o ambiente favorável ao seu apagamento, já que não se encontrou mais em posição final.

5.2.3. PALAVRAS TERMINADAS EM -L

Para essas palavras teremos a mesma notação:

Regra Geral: X (cons) + {plural} → X (cons) + {S}

Observemos alguns exemplos de flexão de nomes terminados em L, no Português padrão contemporâneo:

Animal/ animais

Fiel/ fiéis

Covil/ covis

Fóssil/ fósseis

Sol/ sóis

Nesses casos, também recorreremos à Linguística Diacrônica. Vejamos como eram as palavras na língua latina e sua evolução para o Português:

Animale > animal

Fidele > Fidel > fiel

Cubile > cubil > covil

Fossile > fóssil

Sole > sol

O que ocorre? Mais uma vez a vogal /e/ átona em posição final se apaga. Se este não se apagasse, o /l/ encontrar-se-ia em posição intervocálica, o que provocaria seu apagamento. Tal apagamento ocorreu sempre nesse ambiente:

Voluntate > vontade

Malu > mau

De acordo com essas regras fonológicas, formularemos a trajetória das palavras terminadas em L e sua flexão de número.

O plural dessas palavras formar-se-á também pelo acréscimo de {s}. Assim, teremos as seguintes pluralizações (ainda no Latim):

animales

fideles

cubiles

fossiles

soles

Como o /l/ encontrou-se em posição intervocálica – já que o /e/ não se apagou (por não estar em posição final) – ele sofreu apagamento:

animales > animaes*

fideles > fiees*

cubiles > covies

fossiles > fossiēs > fosees

Sole > soles > soes

Nesse momento, precisamos analisar cada caso, de maneira particular.

Vejamos, então, o que ocorre com as palavras terminadas em:

1) -al (**animales > animaes**)

Seguindo a tendência de nossa língua, desfazemos – sempre que possível – os hiatos que não sejam formados por vogais extremas (/a/, /i/, /u/). Para tal, podemos apagar fonemas, ditongar hiatos, por exemplo.

Para as palavras estudadas neste momento, houve uma ditongação, consolidada pelo alteamento da vogal /e/, passando à semivogal /y/. Desse modo:

animales > animaes > animais

2) -el (**fideles > fiees**)

Temos – nesse caso – a mesma necessidade de desfazermos o hiato não extremo.

Para tanto, o /e/ átono passa a /i/. Desse modo:

fideles > fiees > fiéis

3) -il

Para as palavras terminadas em /iL/, teremos dois caminhos:

3a) -il (**fossiles > fossiēs > fosees**)

Aqui, ocorre o mesmo que em 2, quando /ee/ > /ei/. Assim obtivemos a seguinte configuração:

fossiles > fossiēs > fossees > fósseis

3b) -il (**cubiles > coviēs**)

Houve, nesses casos, alteamento da vogal /e/ que passou à semivogal /y/, ou seja:

cubiles > coviēs > coviis.

Então, houve crase, restando-nos apenas um fonema /i/:

cubiles > coviēs > coviis > covis.

4) -ol (**soles > soes**)

Novamente, a questão é desfazer o hiato não extremo. Assim como em 1, houve alteamento da vogal /e/ que passa à semivogal /y/, proporcionando a almejada ditongação. Desse modo:

soles > soes > sóis

De todas as terminações estudadas nesse item, podemos concluir que, no plural, temos a realização de um alomorfe da vogal temática nominal {e} representado por {i}, seguido da desinência {s} de plural.

5.2.4. PALAVRAS TERMINADAS EM -Z

Nessas palavras houve também o apagamento do /e/ final átono e, mais uma vez, ele é retomado quando lhe formamos o plural. É o que observamos no grupo de adjetivos a seguir:

Veloz/ Velozes

Feroz/ ferozes

Feliz/ felizes

Ou ainda no substantivo “cruz/ cruzes”.

Viajando no tempo, achamos a origem dessas palavras:

Cruce > cruz

Veloce > veloz

Felice > feliz

Feroce > feroz

Pace > paz

Noce > noz

Vice > vez

Voçe > voz

Se acrescentássemos o morfema {-s} às formas latinas singulares, teríamos o seguinte percurso até o português:

Cruce{s} > cruzes

veloce{s} > velozes

felice{s} > felizes

feroce{s} > ferozes

Pace{s} > pazes¹¹

Noce{s} > nozes

Vice{s} > vezes

Você{s} > vozes

Para ficar ainda mais claro, a evolução parece ter sido a seguinte:

A) no singular: [ky] > [tSy] > [ts] > [dz] > [ts] > [s]

B) no plural: [ky] > [tSy] > [ts] > [dz] > [z]

¹¹ A forma é de plural, mas nesse caso a flexão de número provoca alteração semântica.

A africada não se mantém como fonema na Língua Portuguesa. A diferença entre singular e plural se deve ao ambiente fonológico de ambas: no singular, o fonema é /s/, pois o grafema Z não está entre soantes; no plural, o fonema é /z/, pois o grafema Z está entre soantes. Não podemos nos esquecer de que, embora representem fonemas diferentes, tanto no singular quanto no plural, o grafema utilizado é o Z.¹²

5.2.5. PALAVRAS TERMINADAS EM -S

As palavras terminadas em S marcam o plural graficamente por ES, segundo as Gramáticas e os livros didáticos. Entretanto, mais uma vez o que temos é a marca {S} de número. O {e} retomado no plural é vogal temática nominal do acusativo singular latino, que se apagou por ser átona e estar em posição final. Vejamos a evolução de algumas palavras do Latim para o Português:

Mense > mês

Pagense > país

Ao flexionarmos essas palavras no acusativo plural latino pelo simples acréscimo de {s}, o /e/ perde o ambiente que lhe proporcionara o apagamento, mantendo-se:

Mense/ mense{s}

Pagense/ pagense{s}

As outras mudanças fonológicas ocorridas fizeram com que obtivéssemos as seguintes formas de singular e plural no português contemporâneo:

Mês/ mese{s}

País/ paíse{s}

¹² Acordo Ortográfico que se deve, no entanto, à origem histórica do vocábulo.

Algumas palavras terminadas em S comportam-se de maneira diferente, não apresentando desinência de número {s}. Tal fato se dá por serem palavras de história interrompida, que entraram na Língua Portuguesa tardiamente e por outra via que não a língua latina. Por exemplo, Aurifice > ourives, que entrou na língua portuguesa no século XIII, ou ainda *lapide, -idis* > *lápiz*, que entrou na língua portuguesa no século XVII.

5.3. CONCLUINDO O CAPÍTULO

Em conclusão deste capítulo, observaremos que poderíamos ter simplificado tudo o que fora descrito e explicado, valendo-nos da citação de um grande filólogo, o que encerraria qualquer discussão sobre a validade dos questionamentos e críticas às posições dos gramáticos e escritores de livros didáticos referenciados nesta dissertação. Câmara Jr. (1970: 283-4) assim define a manifestação morfo-estrutural do número em português:

Em português se indica o plural pela desinência constituída de consoante sibilante pós-vocálica, representada na escrita por *-s*. O singular se indica pela ausência dessa desinência, ou morfema zero. Por morfofonêmica a sibilante da desinência é surda diante de pausa ou de consoante surda (ex.: livros pretos/ lívrus prêtus/) e sonora diante de vogal ou consoante sonora, sendo que diante de vogal passa a funcionar como pré-vocélica dessa vogal (ex.: livros brancos / lívrus brâncus/, livros alvos / lívrusálvus/). Nos nomes de tema em *-e*, onde a vogal temática foi suprimida no singular depois de consoante líquida ou sibilante, há o reaparecimento da vogal com a desinência de plural e nos radicais de final em /l/ a perda dessa consoante com a ditongação como consequência morfofonêmica: mar – mares, sal – sais; em contato com /i/ tônico, porém, continua a faltar a vogal temática (vil – vis) e com /i/ átono esse /i/ passa a /e/ e há ditongação (fácil – fáceis). Por outro lado, os radicais terminados em /a(n)/ ou /o(n)/ de tema em *-e* apresentam no singular uma forma variante em *-ão* /aw(n)/ e só têm seu tema básico no plural (leão – leões; cão – cães) com exceção do singular mãe, que conserva no seu singular o seu tema (mãe –

mães). Nos nomes não oxítonos terminados em sibilante, não se expressa a oposição singular-plural em virtude da ausência da desinência no plural, ficando apenas a oposição manifesta pela concordância do artigo ou de um adjetivo.

O morfema do plural em português é –s por causa origem mórfica dos nomes portugueses que provêm do acusativo latino.

Temos, portanto, um grande respaldo teórico que nos sustenta em nossas argumentações acerca da flexão de número dos nomes em língua portuguesa.

CAPÍTULO 6 POR UMA EFETIVA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Tudo o que fora até agora apresentado tem por objetivo maior mostrar que é possível estudar, compreender e entender essa malfadada gramática tradicional.

Formar cidadãos capazes de pensar o mundo em que vivem, seres letrados, dotados da capacidade de expressar textualmente seus sentimentos os mais diversos, das mais diversas maneiras, tudo em conformidade com o contexto, com a questão situacional em que se insere um dado texto escrito ou falado: todos esses legados são nossa obrigação, não apenas nossa, mas nossa também, enquanto professores de língua materna.

Entretanto, a discussão acadêmica em meio aos lingüistas tem questionado não só a maneira de ensinar (o que é de fato questionável), mas a necessidade de se ensinar gramática tradicional.

Eis aí um grave problema!

Quando somos paulatinamente promovidos ou quando simplesmente mudamos de nível em nosso foco de trabalho, como por exemplo, parar de trabalhar no Ensino Fundamental, passando a labutar no Ensino Médio, ou deste passamos ao Ensino Superior, às vezes, esquecemo-nos dos objetivos e das realidades de cada Nível e Escola.

Se considerarmos alunos das classes econômicas A e B, provavelmente estudantes de escolas particulares com mensalidades altas, veremos que seus objetivos (e de seus pais) são ingressar num curso superior, de preferência numa Universidade Pública, para as quais prestam um vestibular que lhes exige um conhecimento básico, muito discreto dessa Gramática Tradicional.

Por outro lado, considerando a grande parcela da sociedade brasileira encontrada nas classes econômicas C e D, essa realidade muda bastante. Parece-nos claro que os alunos dessas classes obviamente almejam a possibilidade de ingressarem em algum curso superior, mas com quase obrigatória necessidade financeira de gratuidade desse ensino superior. Só que, além de ingressar numa universidade pública, esses alunos não sabem se terão condições de lá se manterem, esperando no mínimo quatro anos para, então, ser inserido num mercado de trabalho.

Resultado de tudo isso: grande parte desses alunos tenta garantir sua estabilidade financeira participando de concursos públicos que exigem nível médio de escolaridade, muitas vezes para ingressarem em carreiras militares, as quais oferecem regularmente essa possibilidade de acesso.

Essa fatia de empregos através de concursos públicos representa, segundo o IBGE, cerca de quarenta e cinco por cento das novas oportunidades de trabalho que surgem por ano. Mas, uma pergunta: o que a Lingüística tem a ver com isso?

Muito! Todos esses empregos dependem diretamente de conhecimentos sobre Gramática Tradicional. Concordemos ou não nós lingüistas, os exames de seleção para esses concursos, nos quais a disciplina Língua Portuguesa representa entre vinte e trinta por cento das questões dessas provas, cobram essa gramática forçosamente deixada de lado nas salas de aula por onde os candidatos a essas vagas passaram.

Será a solução deixar de ensinar essa gramática, parar de cobrá-la? Ou será melhor reinventar, não a Gramática, mas a maneira de ensiná-la.?

A segunda opção nos parece mais coerente. É muito fácil resolver um problema varrendo-o para debaixo dos tapetes, é covarde! Não podemos cometer mais essa injustiça com nossos alunos, precisamos dar-lhes a oportunidade de conhecer efetivamente essa gramática e seus fantásticos fenômenos, refletindo-os, pensando-os, questionando-os, enxergando-os vivos tal como são, tal como é uma língua.

O que se tem feito é exatamente varrer o problema para debaixo do tapete. Não podemos ser omissos em relação a isso.

Uma efetiva Gramática Tradicional compreende uma nova sistematização de seus ensinamentos, valendo-se das ferramentas teóricas de todas as áreas dos estudos lingüísticos, não se excetuando qualquer uma delas.

Mais ainda: uma efetiva Gramática Tradicional exigirá um efetivo ensino, legítimo, seguro, honesto sem medo de abordar o que ainda não conhecemos, sem medo do novo, sem medo da vivacidade de uma língua; um ensino que não se prenda a frases soltas, descompromissadas com um contexto, criadas meramente para servir de ilustração a algum ditame gramatical; um ensino que parta da realidade lingüística de um aluno para novos universos lingüísticos, sabendo que a língua pode viajar séculos de história e voltar a um presente que já não é mais tão presente, que já terá também ficado

num passado – menos distante – mais próximo. O novo é sempre muito difícil, mas nunca será o novo se não o fizermos.

Enfim, acreditamos que os conhecimentos da história de nossa língua por parte dos professores é peça fundamental para a reinvenção dessa gramática e da maneira de ensiná-la, proporcionando aos nossos alunos uma nova visão, um novo conceito acerca das aulas de português.

CONCLUSÃO

Concluimos, portanto, que o estudo da diacronia é de extrema importância aos graduados e graduandos dos cursos de Letras. Acreditamos que – com uma boa formação acadêmica verdadeiramente diversificada, mostrando a importância de cada parte da Linguística na formação do profissional – o ensino da gramática tradicional tornar-se-á factualmente reflexivo, enriquecendo o processo pedagógico. O professor que adquirir essa formação terá sempre subsídios para oferecer boas respostas aos seus alunos.

Concluimos, também, que precisamos rever as bases sobre as quais são construídos nossos livros didáticos e gramáticas para que estes não omitam em seus livros (quer por mera omissão, quer por desconhecimento) o que de fato há por trás dos fenômenos linguísticos.

Sabendo que é muito fácil criticar sem propor soluções, sentimo-nos satisfeitos, com a sensação de dever cumprido, pois, além de apontarmos os problemas, demos-lhes possíveis soluções que são acessíveis, científicas e comprometidas.

Sáimos de uma proposta inicial que era explicar diacronicamente um fenômeno lingüístico da língua portuguesa: a flexão de número.

Por necessidade, resolvemos defender também a importância dos estudos diacrônicos para a formação dos professores de língua portuguesa, expondo a natureza científica e sistemática da Lingüística Histórica, bem como suas raízes vulgares.

Discutimos qual o espaço tem sido oferecido a esses estudos nos cursos de graduação em Letras.

Por fim, chegamos à conclusão da necessidade da reinvenção da gramática tradicional e da maneira de ensiná-la, quando acabamos por defendê-la.

Assim, elencamos, mostrando as correlações entre elas, nossas conclusões após este trabalho de dissertação:

- (i) os fenômenos lingüísticos são muitas vezes explicáveis por meio das ferramentas históricas constantes no arcabouço da lingüística diacrônica;
- (ii) no entanto, o estudo dessas ferramentas tem ficado à margem nos cursos de graduação em Letras;
- (iii) assim sendo, essa gramática não pode deixar de ser estudada e ensinada, mas a maneira de ensiná-la precisa ser reinventada;
- (iv) se os fenômenos lingüísticos são muitas vezes explicáveis pela diacronia, essa parte da lingüística deve ser mais valorizada pelo meio acadêmico, ganhando mais espaço (ou retomando o espaço que tivera outrora);
- (v) e a reinvenção do ensino da gramática tradicional depende de um trabalho conjunto de todas as áreas dos estudos em lingüística.

Eis a nossa contribuição!

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico; o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles & STUBBS, Michael. *Língua Materna – letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BRAGA, Maria Luiza & MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). *Introdução à Sociolingüística – o tratamento da variação*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática – referente à Língua portuguesa*. 4ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Jozon Editor.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Ao livro Técnico, 1976.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUBOIS, Jean et ali. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.) *Língua e Cidadania – O Português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- INFANTE, Ulisses & NICOLA, José De. *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.
- KOCH, Ingedore Villaça & SILVA, M. Cecília P. de Souza e. *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia*. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.
- LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de Morfologia do Português*. 3ª edição revisada e ampliada. Campinas, SP: Pontes; Juiz de Fora, MG: UFJF, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1996.
- NEVES, M. H. M. *A gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2002.
- RESENDE, Antonio Martinez de. *Latina Essentia*. 2ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

SACCONI, Luiz Antonio. *Gramática essencial ilustrada*. 18ª edição reformulada e ampliada. São Paulo: Atual, 1999.

SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. Os gêneros escolares; das práticas de linguagem aos objetos de ensino. Trad. de Gláís Sales Cordeiro. In: R.H.R. Rojo e G.S. Cordeiro, (orgs.). *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo/ Campinas: EDUC/ Mercado de Letras, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

ZÁGARI, Mario Roberto Lobuglio. *Fonologia diacrônica do Português*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1988.